

EDP – ENERGIAS DO BRASIL S.A.
NIRE 35.300.179.731
CNPJ/MF nº 03.983.431/0001-03

ATA DA 19ª ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2005

1. **DATA, HORA E LOCAL:** 29.04.2005, às 15:00 horas, na sede social da Companhia, na Rua Bandeira Paulista, nº 530 – 14º andar, Itaim Bibi – São Paulo-SP.

2. **CONVOCAÇÃO:** O edital de convocação desta Assembléia Geral Extraordinária foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo nas edições de 9, 12 e 13 de abril de 2005 e no jornal Valor Econômico nas edições de 8,9,10, 11 e 12 de abril de 2005.

3. **INSTALAÇÃO E PRESENÇA:** A Assembléia foi instalada em 1ª convocação, com a presença de acionistas representando o quorum legal, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. Presentes, ainda, a Sra. Fabiana Bueno Fernandes, representando a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, o Sr. Eduardo Vargas Rêdes, representando a Ernst & Young Consultores Associados Ltda., o Sr. Elias Cerqueira, representando a ACAL Consultoria e Auditoria S/S, e o Sr. Antonio José Sellare, Diretor Vice-Presidente da Companhia.

4. **MESA:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Antonio Fernando Melo Martins da Costa, que escolheu a Sra. Maria Cristina Cescon Avedissian para secretariá-lo.

5. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre (i) a proposta de (a) incorporação pela Companhia de sua coligada Iven S.A., com a conseqüente extinção da Iven S.A.; (b) cisão parcial da Companhia, com a incorporação de seu acervo cindido pela Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. – Escelsa; e (c) incorporação pela Companhia das ações de suas controladas Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. – Escelsa e Bandeirante Energia S.A., e a conseqüente transformação das mesmas em subsidiárias integrais da Companhia; (ii) a aprovação do respectivo “Instrumento de Justificação e Protocolo de Cisão Parcial e de Incorporação de Sociedades e de Ações”, celebrado em 07 de abril de 2005, pela administração da Companhia, e pelas administrações de Bandeirante Energia S.A., Iven S.A., Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. – Escelsa, Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - Enersul e Magistra Participações S.A.; (iii) a ratificação da nomeação das empresas especializadas que realizaram as avaliações requeridas por Lei; e (iv) a aprovação dos respectivos laudos de avaliação; (v) eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia e fixação da remuneração global dos administradores; e (vi) aprovação do novo Estatuto Social da Companhia, contemplando o aumento do capital

social da Companhia e a adaptação ao Regulamento do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA.

6. LAVRATURA DA ATA. Por unanimidade de votos dos presentes, foi aprovada a lavratura da ata desta Assembléia na forma de sumário, conforme autoriza o §1º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76.

7. DELIBERAÇÕES: Por unanimidade de votos dos presentes, os acionistas deliberaram o que segue:

7.1 Aprovar, sem reservas, o “Instrumento de Justificação e Protocolo de Cisão Parcial e de Incorporação de Sociedades e de Ações”, celebrado em 07 de abril de 2005, pela administração da Companhia, e pelas administrações de (i) Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - Escelsa, sociedade por ações aberta, com sede na Cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, na Rua José Alexandre Buaiz, nº 160 - 8º andar - Enseada do Suá, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.152.650/0001-71 (“Escelsa”); (ii) Bandeirante Energia S.A., sociedade por ações aberta, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bandeira Paulista, 530, 14º andar, Chácara Itaim, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.302.100/0001-06 (“Bandeirante”); (iii) Magistra Participações S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Serra, Estado do Espírito Santo, na Rodovia BR 101 Norte, Km 9,5, nº 3.450, Prédio C, Setor C3 - Carapina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.775.954/0001-39; (iv) Iven S.A., sociedade por ações aberta, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bandeira Paulista, nº 530, 14º andar/parte - Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 97.395.172/0001-43 (“Iven”); e (v) Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - Enersul, sociedade por ações aberta, com sede na Cidade de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, na Avenida Gury Marques, s/nº, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.413.826/0001-50, arquivado na sede da Companhia (o “Protocolo”), que estabeleceu, em sua Seção 4, as condições da incorporação da Iven pela Companhia, com a conseqüente extinção da Iven (“Incorporação da Iven”), em sua Seção 5, as condições da cisão parcial da Companhia, com a incorporação do acervo cindido pela Escelsa (“Cisão Parcial da Companhia”) e, em sua Seção 7, as condições da incorporação de ações da Escelsa e da Bandeirante pela Companhia (“Incorporação de Ações”).

7.2 Incorporação da Iven

7.2.1 Os acionistas ratificaram a escolha das seguintes empresas especializadas que realizaram as avaliações da Companhia e da Iven, na data-base de 31.12.2004, de acordo com os seguintes critérios:

(a) PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, sociedade profissional estabelecida na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Francisco Matarazzo, 1400, do 7º ao 11º e do 13º ao 20º andares, Torre Torino, Água Branca, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 61.562.112/0001-20, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 2SP000160/O-5 (“Avaliadora I”), que avaliou o patrimônio líquido contábil da Iven, para os fins da sua incorporação pela Companhia, conforme laudo que constitui o Anexo II ao Protocolo;

(b) Ernst & Young Consultores Associados Ltda., sociedade estabelecida na Capital do Estado de São Paulo, na Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1830 - Torre I - 8º andar, CEP 04543-900, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 59.527.788/0001-31 (“Avaliadora II”), que avaliou os valores econômicos da Iven e da Companhia, para fins de determinação da relação de substituição das ações dos acionistas da Iven, que não a Companhia, por ações da Companhia, conforme laudos que constituem o Anexo III e o Anexo IV ao Protocolo, respectivamente; e

(c) ACAL Consultoria e Auditoria S/S, empresa especializada em avaliações, com escritório na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 2300, andar Pilotis, conj. 60, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 28.005.734/0003-44, registrada no CRC/SP sob o número 2RJ001144/F-4 (“Avaliadora III”), que avaliou o patrimônio líquido da Iven e da Companhia a preços de mercado, para fins de comparação com o critério proposto para determinação da relação de substituição das ações dos acionistas da Iven, que não a Companhia, por ações da Companhia (artigo 264 da Lei nº 6.404/76), conforme laudos que constituem o Anexo V e o Anexo VI o ao Protocolo, respectivamente.

7.2.2 Os acionistas aprovaram todos os laudos de avaliação preparados pela Avaliadora I, Avaliadora II e Avaliadora III, conforme listados no subitem 7.2.1 acima, os quais apuraram os seguintes valores:

(a) Anexo II ao Protocolo: o valor do patrimônio líquido contábil da Iven, para os fins da incorporação pela Companhia, corresponde a R\$290.934.858,47 (duzentos e noventa milhões, novecentos e trinta e quatro mil, oitocentos e cinqüenta e oito reais e quarenta e sete centavos);

(b) Anexos III e IV ao Protocolo: com base nos valores econômicos apurados, a relação de substituição das ações dos acionistas da Iven, que não a Companhia, por ações da Companhia é de 0,03604 ações da Companhia para cada ação da Iven; e

(c) Anexos V e VI ao Protocolo: para fins de comparação, se o critério de avaliação adotado para o cálculo da relação de substituição fosse o de patrimônio líquido a preços de mercado, a relação de substituição das ações dos acionistas não controladores da Iven por ações da Companhia seria de 0,01569 ações da Companhia para cada ação da Iven, de forma que a relação de substituição resulta mais vantajosa quando ambas as companhias são avaliadas pelo seu valor econômico.

7.2.3 Tendo em vista as deliberações acima, os acionistas aprovaram a Incorporação da Iven, e considerando a sua aprovação também pela Assembléia Geral Extraordinária da Iven, o patrimônio da Iven é, neste ato, incorporado ao patrimônio da Companhia, tudo em conformidade com o Protocolo já aprovado.

7.2.4 O capital social da Companhia é aumentado em R\$221.132.695,30 (duzentos e vinte e um milhões, cento e trinta e dois mil, seiscentos e noventa e cinco reais e trinta centavos), correspondente ao valor do patrimônio líquido da Iven, descontada a parcela representada pelo investimento da Companhia na Iven, nos termos do subitem 7.2.2 (a) acima, mediante a emissão de 16.436.212 (dezesesseis milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, duzentas e doze) novas ações ordinárias, sem valor nominal, as quais são atribuídas aos acionistas da Iven que não a Companhia, na proporção de suas respectivas participações no capital da Iven. As frações de ações serão complementadas para fins de arredondamento pela entrega de ações ordinárias de propriedade do acionista controlador da Companhia. Dessa forma, o *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte nova redação:

“Artigo 5º - O capital social da Sociedade é de R\$1.573.972.462,18 (um bilhão, quinhentos e setenta e três milhões, novecentos e setenta e dois mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e dezoito centavos), totalmente subscrito, representado por 68.292.179 (sessenta e oito milhões, duzentas e noventa e duas mil, cento e setenta e nove) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.”

7.2.5 As ações emitidas pela Companhia em função da Incorporação da Iven farão jus a dividendos integrais referentes ao período iniciado em 1º de janeiro de 2005.

7.2.6 As variações patrimoniais ocorridas entre 31.12.2004 e a presente data serão absorvidas pela Companhia.

7.2.7 A Companhia sucederá a Iven em todos os seus direitos e obrigações.

7.2.8 Fica autorizada a administração da Companhia a praticar todos os atos, registros e publicações necessárias para a implementação da Incorporação da Iven.

7.3 Cisão Parcial da Companhia

7.3.1 O acervo cindido da Companhia a ser incorporado pela Escelsa é constituído pelos seguintes elementos ativos e passivos (o “Acervo Cindido”): (i) ativo diferido decorrente do ágio registrado em relação ao investimento detido na Iven e provisão em valor equivalente a 100% do valor do ágio; e (ii) R\$1.000,00 (um mil reais) da conta capital e caixa equivalente.

7.3.2 Os acionistas ratificaram a escolha das seguintes empresas especializadas que realizaram as avaliações da Companhia, da Escelsa e do Acervo Cindido, na data-base de 31.12.2004, de acordo com os seguintes critérios:

(a) Avaliadora I, acima qualificada, que avaliou o valor líquido contábil do Acervo Cindido, para os fins da sua incorporação pela Escelsa, conforme laudo que constitui o Anexo VII ao Protocolo; e

(b) Avaliadora II, acima qualificada, que avaliou os valores econômicos do Acervo Cindido e da Escelsa, para fins de determinação da relação de substituição das ações dos acionistas não controladores da Companhia por ações da Escelsa, conforme laudo que constitui o Anexo VIII ao Protocolo, sendo que, o valor econômico do Acervo Cindido foi considerado, para os fins aqui previstos, igual ao montante do caixa a ser vertido, no valor de R\$1.000,00 (um mil reais).

7.3.3 Os acionistas aprovaram todos os laudos de avaliação preparados pela Avaliadora I e Avaliadora II, conforme listados no subitem 7.3.2 acima, os quais apuraram os seguintes valores:

(a) Anexo VII ao Protocolo: o valor líquido contábil do Acervo Cindido, para os fins da incorporação pela Escelsa, corresponde a R\$1.000,00 (um mil reais); e

(b) Anexo VIII ao Protocolo: a relação de troca de ações da Companhia por ações da Escelsa, estabelecida com base nos valores econômicos do Acervo Cindido e da Escelsa, resultará em frações de ações da emissão da Escelsa para os acionistas não controladores da Companhia. Entretanto, de modo a permitir que os acionistas não controladores da Companhia recebam participação na Escelsa por conta do Acervo Cindido, as 3 (três) ações a serem emitidas em virtude da incorporação desse patrimônio serão atribuídas aos mesmos, exclusivamente, na forma do item 7.3.6 abaixo.

7.3.4 Tendo em vista as deliberações acima, os acionistas aprovaram a Cisão Parcial da Companhia, e considerando a sua aprovação também pela Assembléia Geral Extraordinária da Escelsa, o Acervo Cindido é, neste ato, incorporado ao patrimônio da Escelsa, tudo em conformidade com o Protocolo já aprovado.

7.3.5 Em decorrência da Cisão Parcial da Companhia, o capital social da Companhia é reduzido em R\$1.000,00 (um mil reais), correspondente ao valor do patrimônio líquido do Acervo Cindido, sem cancelamento de ações. Dessa forma, o *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte nova redação:

“Artigo 5º - O capital social da Sociedade é de R\$1.573.971.462,18 (um bilhão, quinhentos e setenta e três milhões, novecentos e setenta e um mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e dezoito centavos), totalmente subscrito, representado por 68.292.179 (sessenta e oito milhões, duzentas e noventa e duas mil, cento e setenta e nove) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.”

7.3.6 Em decorrência da Incorporação do Acervo Cindido pela Escelsa, o capital social da Escelsa será aumentado em R\$1.000,00 (um mil reais), correspondente ao valor líquido do Acervo Cindido a ser incorporado, nos termos do subitem 7.3.3 (a) acima, mediante a emissão de 3 (três) ações ordinárias, sem valor nominal, as quais serão atribuídas aos acionistas não controladores da Companhia na proporção de suas respectivas participações no capital da Companhia.

7.3.7 As variações patrimoniais relativas ao Acervo Cindido ocorridas entre 31.12.2004 e a presente data serão absorvidas pela Escelsa.

7.3.8 A Escelsa sucederá a Companhia somente nos direitos e obrigações transferidos em decorrência da incorporação do Acervo Cindido, conforme faculta o parágrafo único do artigo 233 da Lei nº 6.404/76.

7.3.9 Fica autorizada a administração da Companhia a praticar todos os atos, registros e publicações necessárias para a implementação da Cisão Parcial da Companhia e incorporação do Acervo Cindido pela Escelsa.

7.4 Incorporação de Ações

7.4.1 Os acionistas ratificaram a escolha das seguintes empresas especializadas que realizaram as avaliações da Companhia, da Escelsa e da Bandeirante, na data-base de 31.12.2004, de acordo com os seguintes critérios:

(a) Avaliadora I, acima qualificada, que avaliou o patrimônio líquido contábil da Escelsa e da Bandeirante, para fins de registro contábil das respectivas ações a serem incorporadas ao patrimônio da Companhia, conforme laudos que constituem o Anexo XIII e o Anexo XIV ao Protocolo;

(b) Avaliadora II, acima qualificada, que avaliou os valores econômicos da Companhia, da Escelsa e da Bandeirante, para fins de determinação da relação de substituição das ações dos acionistas não controladores da Escelsa e da Bandeirante por ações da Companhia, conforme laudos que constituem o Anexo IV, Anexo VIII e Anexo XV ao Protocolo, respectivamente; e

(c) Avaliadora III, acima qualificada, que avaliou o patrimônio líquido da Companhia, da Escelsa e da Bandeirante a preços de mercado, para fins de comparação com o critério proposto para determinação da relação de substituição das ações dos acionistas não controladores da Escelsa e da Bandeirante por ações da Companhia (artigo 264 da Lei nº 6.404/76), conforme laudos que constituem o Anexo VI, Anexo IX e Anexo XVI ao Protocolo, respectivamente.

7.4.2 Os acionistas aprovaram todos os laudos de avaliação preparados pela Avaliadora I, Avaliadora II e Avaliadora III, conforme listados no subitem 7.4.1 acima, os quais apuraram os seguintes valores:

(a) Anexo XIII ao Protocolo: o valor do patrimônio líquido contábil da Escelsa corresponde a R\$473.726.944,01 (quatrocentos e setenta e três milhões, setecentos e vinte e seis mil, novecentos e quarenta e quatro reais e um centavo), sendo que referido patrimônio líquido contábil, acrescido dos aumentos de capital previstos nas Seções 5 e 6 do Protocolo, totalizará R\$695.804.631,68 (seiscentos e noventa e cinco milhões, oitocentos e quatro mil, seiscentos e trinta e um reais e sessenta e oito centavos);

(b) Anexo XIV ao Protocolo: o valor do patrimônio líquido contábil da Bandeirante corresponde a R\$699.331.858,24 (seiscentos e noventa e nove milhões, trezentos e trinta e um mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e vinte e quatro centavos);

(c) Anexos IV e VIII ao Protocolo: com base nos valores econômicos apurados, a relação de substituição das ações dos acionistas não controladores da Escelsa por ações da Companhia é de 8,69965 ações da Companhia para cada ação da Escelsa;

(d) Anexos IV e XV ao Protocolo: com base nos valores econômicos apurados, a relação de substituição das ações dos acionistas não controladores da Bandeirante por ações da Companhia é de 0,00095 ações da Companhia para cada ação da Bandeirante;

(e) Anexos VI e XI ao Protocolo: para fins de comparação, se o critério de avaliação adotado para o cálculo da relação de substituição fosse o de patrimônio líquido a preços de mercado, ajustado *pro-forma* para refletir os atos societários previstos no Protocolo, a relação de substituição das ações dos acionistas não controladores da Escelsa por ações da Companhia seria de 4,17561 ações da Companhia para cada ação da

Escelsa, de forma que a relação de substituição resulta mais vantajosa quando ambas as companhias são avaliadas pelo seu valor econômico; e

(f) Anexos VI e XVI ao Protocolo: para fins de comparação, se o critério de avaliação adotado para o cálculo da relação de substituição fosse o de patrimônio líquido a preços de mercado, ajustado *pro-forma* para refletir os atos societários previstos no Protocolo, a relação de substituição das ações dos acionistas não controladores da Bandeirante por ações da Companhia seria de 0,00098 ações da Companhia para cada ação da Bandeirante, de forma que a relação de substituição resulta mais vantajosa quando ambas as companhias são avaliadas pelo seu valor de patrimônio líquido a preços de mercado.

7.4.3 Os acionistas aprovaram a Incorporação de Ações, e considerando a sua aprovação pelas Assembléias Gerais Extraordinárias da Escelsa e da Bandeirante, as ações da Escelsa e da Bandeirante são, neste ato, incorporadas pela Companhia, tudo em conformidade com o Protocolo já aprovado.

7.4.4 Dessa forma, o capital social da Companhia é aumentado em R\$438.611.795,94 (quatrocentos e trinta e oito milhões, seiscentos e onze mil, setecentos e noventa e cinco reais e noventa e quatro centavos), correspondente ao valor líquido contábil das ações da Escelsa e da Bandeirante a serem incorporadas, nos termos dos subitens 7.4.2 (a) e 7.4.2 (b) acima, mediante a emissão de 31.717.054 (trinta e um milhões, setecentos e dezessete mil e cinquenta e quatro) ações ordinárias, sem valor nominal, as quais serão atribuídas aos acionistas da Escelsa e da Bandeirante, quer titulares de ações ordinárias, quer titulares de ações preferenciais, na proporção de suas respectivas participações no capital da Escelsa e da Bandeirante. Dessa forma, o *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte nova redação:

“Artigo 5º - O capital social da Sociedade é de R\$2.012.583.258,12 (dois bilhões, doze milhões, quinhentos e oitenta e três mil, duzentos e cinquenta e oito reais e doze centavos), totalmente subscrito, representado por 100.009.232 (cem milhões, nove mil, duzentos e trinta e duas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.”

7.4.4.1 A Companhia doará ou fará com que sejam doadas ações aos acionistas minoritários da Bandeirante, Escelsa, Enersul e Iven que, em decorrência dos atos societários previstos no Protocolo, permanecerem com fração de ação da Companhia (inferior a uma, ou uma ou mais ações inteiras e ainda fração de ação), quando da efetiva substituição das ações da Bandeirante, da Escelsa, da Enersul e da Iven por ações da Companhia na Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa, observado que: (i) os acionistas que adquirirem ações após o fechamento do pregão desta data terão direito à doação e

recomposição, independentemente de manifestação; (ii) os acionistas já titulares de ações no fechamento do pregão desta data em número superior ao necessário para perfazer 1 (uma) ação da Companhia, terão direito à doação e recomposição, independentemente de manifestação; e (iii) os acionistas já titulares de ações no fechamento do pregão desta data em número inferior ao necessário para perfazer 1 (uma) ação da Companhia, deverão manifestar sua intenção de permanecerem acionistas e terem suas frações recompostas. Os procedimentos de recomposição de frações serão detalhados pela administração e divulgados oportunamente aos acionistas.

7.4.5 As ações emitidas pela Companhia em função da Incorporação de Ações farão jus a dividendos integrais referentes ao período iniciado em 1º de janeiro de 2005.

7.4.6 Em face das avaliações acima expostas, e em cumprimento ao disposto no artigo 264 c/c o artigo 45, ambos da Lei nº 6.404/76, os acionistas dissidentes da Companhia que exercerem o seu direito de retirada em decorrência da aprovação da Incorporação de Ações, incluindo os acionistas da Iven, extinta em virtude de sua incorporação pela Companhia, conforme item 7.2 acima, terão direito ao reembolso do valor patrimonial contábil de suas ações, apurado com base no valor de patrimônio líquido da Companhia apurado no Balanço Patrimonial da Companhia levantado em 31.12.2004 e aprovado pela Assembléia Geral Ordinária da Companhia realizada em 30 de março de 2005, *pro-forma* para refletir a implementação dos atos societários objeto do Protocolo. Assim, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes da Companhia será de R\$23,2004 por ação. Na forma dos §§ 5º e 6º do artigo 45 da Lei nº 6.404/76, o valor de reembolso será pago à conta de lucros ou reservas, exceto a legal, hipótese em que as ações reembolsadas ficarão em tesouraria. Alternativamente, poderá o acionista controlador da Companhia efetuar o pagamento do reembolso, substituindo os acionistas cujas ações tenham sido reembolsadas à conta do capital social. Se, no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da publicação desta ata, não forem substituídos os acionistas cujas ações tenham sido reembolsadas à conta do capital social, este considerar-se-á reduzido no montante correspondente, cumprindo aos administradores convocar a assembléia geral, dentro de 5 (cinco) dias, para tomar conhecimento daquela redução.

7.4.7 Competirá às administrações da Companhia, da Escelsa e da Bandeirante praticar todos os atos, registros e publicações necessárias para a implementação da Incorporação de Ações da Escelsa e da Bandeirante pela Companhia.

7.5 Tendo em vista as deliberações tomadas acima, e considerando a aprovação do Protocolo e da implementação das operações ali contempladas pelas Assembléias Gerais Extraordinárias da Escelsa, da Bandeirante, da Magistra Participações S.A., da Iven e da Enersul realizadas nesta data, nos termos do item 1.3.2 do Protocolo, todos os atos

societários previstos no Protocolo e aprovados pelas Assembléias Gerais Extraordinárias das sociedades envolvidas são eficazes a partir desta data.

7.6 Os acionistas ratificaram todos os atos praticados pela administração com o objetivo de obter o registro da Companhia como companhia aberta, bem como autorizaram os administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários para que a Companhia tenha suas ações negociadas no segmento Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, incluindo a celebração de todos os contratos e demais documentos requeridos pelo Regulamento do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA.

7.7 Os acionistas deliberaram reformular integralmente o estatuto social da Companhia a fim de, dentre outras alterações, adequá-lo ao Regulamento do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, bem como contemplar o aumento do capital social da Companhia. O novo estatuto social da Companhia, lido e aprovado, constitui anexo à presente Ata.

7.8 Face à aprovação do novo Estatuto Social, na forma do Parágrafo Primeiro do Artigo 16, os acionistas deliberaram que o Conselho de Administração será composto por 5 (cinco) membros, até posterior deliberação da Assembléia Geral. Em seguida, os acionistas deliberaram eleger e ratificar a eleição, conforme o caso, para ocupar os cargos de membros do Conselho de Administração da Sociedade, com mandato até a Assembléia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2005, os Srs.: **Jorge Manuel de Oliveira Godinho**, português, casado, engenheiro, portador do passaporte nº F-596128, inscrito no CPF/MF sob nº 231.642.408-21, residente e domiciliado em Portugal, na cidade de Lisboa, na Rua Ilha dos Amores, lote 4.13.01-A2-4º andar, que ocupará o cargo de Presidente do Conselho de Administração, e tomará posse nos termos do parágrafo segundo do artigo 146 da Lei 6.404/76 e alterações posteriores; **Antonio Fernando Melo Martins da Costa**, português, divorciado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RNE nº V379072-Q, inscrito no CPF/MF sob nº 230.450.848-00, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Bandeira Paulista, nº 530 – 14º andar – Itaim Bibi, que ocupará o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração; **Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa**, português, casado, economista, portador do passaporte nº G-447626, residente e domiciliado em Portugal, na cidade de Lisboa, na Av. Sidónio Pais, 14 - 2º Esq., 1050-340, que tomará posse nos termos do parágrafo segundo do artigo 146 da Lei 6.404/76 e alterações posteriores; **Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado**, português, casado, engenheiro, passaporte nº G-356518, residente e domiciliado em Portugal, na cidade de Lisboa, na Rua General Schiappa Monteiro, nº 2, 3º esq., que tomará posse nos termos do parágrafo segundo do artigo 146 da Lei 6.404/76 e alterações posteriores; e **Luiz Guilherme de França Nobre Pinto**, brasileiro, casado, estatístico, portador da cédula de identidade RG nº 074.900.135-IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 020.747.807-45, residente e domiciliado na capital do

estado do Rio de Janeiro, na Avenida João Carlos Machado, 555/302, Barra da Tijuca – Rio de Janeiro-RJ. Os membros do Conselho de Administração em exercício permanecerão em seus cargos até a posse de seus sucessores. A posse de cada um dos membros do Conselho de Administração ora eleitos fica condicionada (a) à assinatura de termo de posse, lavrado em livro próprio da Companhia; (b) à aquisição de uma ação de emissão da Companhia; e (c) à apresentação de declaração de desimpedimento, nos termos da legislação aplicável. Os atuais Diretores permanecerão no exercício de seus cargos, até que venha a ser realizada reunião do Conselho de Administração para eleger ou reeleger, conforme o caso, a Diretoria da Companhia.

7.9 Face à eleição de novos membros do Conselho de Administração, aprovar a verba anual e global de até R\$ 4.100.000,00 (quatro milhões e cem mil reais) para a remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o período de maio de 2005 a abril de 2006, cuja distribuição será deliberada pelo Conselho de Administração nos termos do Artigo 14 do Estatuto Social da Companhia.

8. DOCUMENTOS: Os documentos pertinentes à ordem do dia, especialmente o Protocolo, estão arquivados na sede social da Companhia e foram colocados à disposição para consulta dos acionistas no dia 08 de abril de 2005.

9. ENCERRAMENTO: Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a Assembléia pelo tempo necessário à impressão desta ata em lote de folhas soltas, em forma de sumário, a qual após ter sido reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada pelos acionistas presentes.

Antônio Fernando Melo Martins da Costa
Presidente

Maria Cristina Cescon Avedissian
Secretária

Acionistas:

Balwerk - Consultadoria Econ. e Part., Sociedade Unipessoal, Lda.

Antônio Fernando Melo Martins da Costa
Procurador

EDP – Energias de Portugal, S.A.
António Fernando Melo Martins da Costa
Procurador

EDP – Gestão da Produção de Energia S.A.
António Fernando Melo Martins da Costa
Procurador

Electricidade de Portugal Internacional, SGPS, S.A.
António Fernando Melo Martins da Costa
Procurador

Jorge Manuel de Oliveira Godinho
António Fernando Melo Martins da Costa
Procurador

António Fernando Melo Martins da Costa

GTD Participações S.A.
Francisco Carlos Coutinho Pitella
Procurador

Empresa Elétrica Pilmaiquen S.A.
Renato Maluf
Procurador

Wisteria Holdings LCC
Renato Maluf
Procurador

EDP – ENERGIAS DO BRASIL S.A.
ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

Denominação, Sede, Prazo e Objeto

Artigo 1º EDP – ENERGIAS DO BRASIL S.A. é uma sociedade por ações regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis, incluindo a Lei nº 6.404/76, conforme alterada (a “Lei das Sociedades por Ações”).

Parágrafo Único- Com a admissão da Companhia no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA (o “Regulamento do Novo Mercado”).

Artigo 2º A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Parágrafo Único- Mediante deliberação da Diretoria, a Companhia poderá abrir ou fechar filiais, agências, escritórios e representações e quaisquer outros estabelecimentos para a realização das atividades da Companhia em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

Artigo 3º A Companhia terá prazo de duração indeterminado.

Artigo 4º A Companhia tem por objeto:

- a) participar em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, bem como em negócios e empreendimentos do setor energético, no Brasil e/ou no exterior;
- b) gerir ativos de distribuição, geração, transmissão e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades;
- c) estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de distribuição, geração, transmissão e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades; e
- d) prestar serviços em negócios do setor energético no Brasil e/ou no exterior.

CAPÍTULO II

Do Capital Social e das Ações

Artigo 5º O capital social da Companhia é de R\$ 2.012.583.258,12 (dois bilhões, doze milhões, quinhentos e oitenta e três mil, duzentos e cinquenta e oito reais e doze centavos), totalmente subscrito, representado por 100.009.232 (cem milhões, nove mil, duzentas e trinta e duas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias.

Parágrafo Segundo Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembléias Gerais da Companhia.

Parágrafo Terceiro As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Parágrafo Quarto As ações são escriturais e serão mantidas em conta de depósito em instituição financeira, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, podendo o custo de transferência e averbação, assim como o serviço relativo às ações custodiadas, ser cobrado do acionista.

Parágrafo Quinto Fica vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia.

Artigo 6º A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 200.000.000 (duzentos milhões) de ações ordinárias independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá, também, estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização.

Parágrafo Primeiro A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado.

Parágrafo Segundo A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído ou reduzido o direito de preferência nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

Artigo 7º A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas, exceto a legal, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 8º A Companhia poderá, por deliberação da Assembléia Geral, outorgar opção de compra de ações em favor dos administradores, empregados e colaboradores, podendo essa opção ser estendida aos administradores e empregados das sociedades controladas e coligadas da Companhia, direta ou indiretamente.

CAPÍTULO III

Das Assembléias Gerais

Artigo 9º A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

Parágrafo Primeiro As Assembléias Gerais serão convocadas pelo Conselho de Administração, representado pelo seu Presidente, por seu Vice-Presidente ou por 2 (dois) dos seus membros em conjunto, ou ainda de acordo com as demais disposições legais aplicáveis, com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência.

Parágrafo Segundo A Assembléia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou, na ausência de ambos, por um acionista escolhido pela maioria de votos dos acionistas presentes, cabendo ao presidente da Assembléia designar o secretário.

Artigo 10 Para tomar parte na Assembléia Geral, os acionistas deverão comprovar essa qualidade, mediante exibição do comprovante de depósito, expedido pela instituição financeira escriturária das ações, emitido dentro de, no máximo, 3 (três) dias antes da data de realização da Assembléia Geral.

Parágrafo Único O acionista poderá ser representado na Assembléia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que represente os condôminos.

Artigo 11 As deliberações da Assembléia Geral, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei, serão tomadas por maioria de votos dos presentes, não se computando os votos em branco.

CAPÍTULO IV Da Administração

Das Disposições Gerais

Artigo 12 A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, com os poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o presente Estatuto Social.

Artigo 13 O mandato dos membros do Conselho de Administração será unificado, de 1 (um) exercício anual, e dos membros da Diretoria será de 3 (três) exercícios anuais, podendo ser reeleitos, considerando-se exercício anual, para os fins deste Artigo, como o período compreendido entre 2 (duas) Assembléias Gerais Ordinárias. Os membros do Conselho de Administração e os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

Artigo 14 A remuneração global do Conselho de Administração e da Diretoria será anualmente fixada pela Assembléia Geral, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a respectiva distribuição.

Artigo 15 Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo nos livros das Atas do Conselho de Administração e da Diretoria, permanecendo sujeitos aos requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades previstos nos Artigos 145 a 158 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Único A posse dos administradores estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores previsto no Regulamento do Novo Mercado da BOVESPA.

Do Conselho de Administração

Artigo 16 O Conselho de Administração será composto por no mínimo 5 (cinco) e no máximo 11 (onze) membros, dos quais um será o seu Presidente e outro o seu Vice-Presidente, todos acionistas, eleitos pela Assembléia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo.

Parágrafo Primeiro A Assembléia Geral determinará, pelo voto da maioria dos presentes, não se computando os votos em branco, previamente à sua eleição, o número de membros do Conselho de Administração da Companhia em cada exercício.

Parágrafo Segundo Não poderá ser eleito para o Conselho de Administração, salvo dispensa da Assembléia, aquele que (i) for empregado ou ocupar cargos de administração em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia.

Artigo 17 O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada 3 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Artigo 18 As reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente, por seu Vice-Presidente ou por quaisquer 2 (dois) membros em conjunto, mediante notificação escrita entregue com antecedência mínima de 5 (cinco) dias e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados.

Parágrafo Único Independentemente das formalidades previstas neste Artigo 18, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros por si ou representados na forma do Parágrafo Segundo do Artigo 19.

Artigo 19 As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão com a presença da maioria de seus membros em exercício.

Parágrafo Primeiro As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar. No caso de impedimento ou ausência temporária do Presidente do Conselho de Administração, as reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por Conselheiro escolhido por maioria dos votos dos demais membros do Conselho, cabendo ao presidente da reunião indicar o secretário.

Parágrafo Segundo No caso de impedimento ou ausência temporária de qualquer membro do Conselho de Administração, este poderá nomear outro membro para representá-lo, caso em que, em se tratando de ausência temporária, o membro assim nomeado para representá-lo deverá votar nas reuniões do Conselho de Administração em seu próprio nome e em nome do membro por ele representado. A nomeação deverá ser expressamente aceita pelo membro nomeado, bem como notificada ao Presidente do Conselho de Administração. Alternativamente, em se tratando de ausência temporária, o membro do Conselho de Administração poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito, por meio de carta ou fac-símile entregue ao Presidente do Conselho de Administração, ou ainda, por correio eletrônico que identifique de forma inequívoca o remetente, com prova de recebimento pelo Presidente do Conselho de Administração.

Parágrafo Terceiro Em caso de vacância do cargo de qualquer membro do Conselho de Administração, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembléia Geral que se realizar após a caracterização da vacância do cargo.

Artigo 20 As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas mediante o voto favorável da maioria dos membros em exercício, computados os votos proferidos na forma do Artigo 19, Parágrafo 2º, sendo que, no caso de empate, caberá ao Presidente do Conselho de Administração o voto de qualidade.

Artigo 21 As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia. Serão admitidas reuniões por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação, e tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Neste caso, os membros do Conselho de Administração que participarem remotamente da reunião do Conselho deverão expressar seus votos por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico que identifique de forma inequívoca o remetente.

Parágrafo Primeiro Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Conselheiros fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por Conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho ou que tenham se manifestado na forma do Artigo 19, Parágrafo 2º *in fine* deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Parágrafo Segundo Deverão ser publicadas e arquivadas no registro do comércio as atas de reunião do Conselho de Administração da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Artigo 22 Compete ao Conselho de Administração:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- b) eleger e destituir a Diretoria da Companhia, fixando as atribuições dos seus membros, observadas as disposições aplicáveis deste Estatuto Social;

- c) fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração pela Companhia, e praticar quaisquer outros atos necessários ao exercício de suas funções;
- d) convocar a Assembléia Geral nos casos previstos em lei ou quando julgar conveniente;
- e) manifestar-se sobre o relatório e as contas da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras do exercício que deverão ser submetidas à Assembléia Geral Ordinária;
- f) estabelecer os limites e valores de alçada da Diretoria para aquisição, alienação ou oneração de direitos, bens móveis ou imóveis, incluindo participações societárias, bem como a contratação de bens e serviços, de empréstimos e financiamentos, prestação de garantia em favor de terceiros e de outras obrigações pela Companhia;
- g) deliberar sobre qualquer negócio entre, de um lado, a Companhia e, de outro lado, quaisquer de seus acionistas diretos ou indiretos;
- h) escolher e destituir auditores independentes;
- i) deliberar sobre os assuntos que lhe forem submetidos pela Diretoria;
- j) submeter à Assembléia Geral propostas de aumento de capital acima do limite do capital autorizado, bem como de reforma do Estatuto Social;
- k) deliberar sobre a emissão, colocação, preço e condições de integralização de ações, debêntures conversíveis e bônus de subscrição, nos limites do capital autorizado, inclusive para a outorga de opção de compra de ações nos termos do Estatuto Social;
- l) deliberar sobre a oportunidade da emissão de debêntures, o modo de subscrição ou colocação e o tipo das debêntures a serem emitidas, a época, as condições de pagamento dos juros, da participação nos lucros e do prêmio de reembolso das debêntures, se houver, bem como a época e condições de vencimento, amortização ou resgate das debêntures;
- m) deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e demais disposições legais aplicáveis;

- n) aprovar a contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;
- o) aprovar os planos de negócios e orçamentos anuais e os planos plurianuais, operacionais e de investimento da Companhia;
- p) autorizar a emissão de títulos de dívida no mercado internacional e de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, para distribuição pública ou privada, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão;
- q) autorizar a emissão de notas promissórias (*commercial papers*) para distribuição pública no Brasil ou no exterior, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão;
- r) propor à deliberação da Assembléia Geral a destinação a ser dada ao saldo remanescente dos lucros de cada exercício;
- s) declarar dividendos intermediários e intercalares, bem como juros sobre o capital, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais legislação aplicável;
- t) dispor a respeito da ordem de seus trabalhos e estabelecer as normas regimentais de seu funcionamento, observadas as disposições deste Estatuto Social.

Artigo 23 O Conselho de Administração, para seu assessoramento, poderá estabelecer a formação de Comitês técnicos e consultivos, com objetivos e funções definidos, sendo integrados por integrantes dos órgãos de administração da Companhia ou não.

Parágrafo Único Caberá ao Conselho de Administração estabelecer as normas aplicáveis aos Comitês, incluindo regras sobre composição, prazo de gestão, remuneração e funcionamento.

Da Diretoria

Artigo 24 A Diretoria será composta por até 6 (seis) membros, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração, que terão as seguintes designações, sendo autorizada a cumulação de funções por um mesmo Diretor: (i) Diretor Presidente; (ii) Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores; (iii) Diretor Vice-Presidente de Distribuição e Serviços Comerciais; (iv) Diretor Vice-Presidente de Distribuição e Serviços Técnicos; (v) Diretor Vice-Presidente de Geração e Meio-Ambiente; e (vi) Diretor Vice-Presidente de Comercialização.

Artigo 25 Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo presente Estatuto atribuída a competência à Assembléia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos de administração necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, de acordo com a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo resolver sobre a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, avais e fianças, emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar e avalizar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas neste Estatuto Social

Parágrafo Primeiro Compete ao Diretor Presidente: (i) executar e fazer executar as deliberações das Assembléias Gerais e do Conselho de Administração; (ii) determinar e promover a execução e implementação das políticas, estratégias, orçamentos, projetos de investimento e demais condições do plano de negócios da Companhia; (iii) coordenar as atividades dos demais Diretores, observadas as atribuições específicas previstas neste Estatuto Social; (iv) definir a repartição de competências dos demais membros da Diretoria nas áreas não especificamente mencionadas neste Estatuto, “ad referendum” do Conselho de Administração; (v) superintender todas as operações da Companhia, acompanhando seu andamento, incluindo o desenvolvimento corporativo e análise de novos negócios, as políticas de comunicação e de relacionamento institucional e as atividades relacionadas à auditoria da Companhia; e (vi) presidir as reuniões da Diretoria.

Parágrafo Segundo Compete ao Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas: (i) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas às operações de natureza financeira da Companhia, (ii) gerir as finanças consolidadas da Companhia; (iii) propor as metas para o desempenho e os resultados das diversas áreas da Companhia e de suas controladas e coligadas, o orçamento da Companhia, acompanhar os resultados das sociedades controladas e coligadas, preparar as demonstrações financeiras e o relatório anual da administração da Companhia; (iv) coordenar a avaliação e implementação de oportunidades de investimentos e operações, incluindo financiamentos, no interesse da Companhia e de suas controladas e coligadas; e (v) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais, competindo-lhe prestar informações aos investidores, à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e às Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, conforme legislação aplicável.

Parágrafo Terceiro Compete ao Diretor Vice-Presidente de Distribuição e Serviços Comerciais, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas: (i) avaliar e acompanhar políticas, estratégias e a implementação de projetos na área de distribuição de energia relacionados aos serviços comerciais comuns das sociedades controladas e coligadas da Companhia; (ii) em conjunto com o Diretor Vice-Presidente de Distribuição e Serviços Técnicos, avaliar e acompanhar políticas e estratégias de distribuição de energia pelas sociedades controladas e coligadas da Companhia; e, (iii) avaliar e acompanhar políticas, estratégias e a implementação de projetos na área de distribuição de energia relacionados aos serviços compartilhados definidos pelo Diretor Presidente.

Parágrafo Quarto Compete ao Diretor Vice-Presidente de Distribuição e Serviços Técnicos, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas: (i) avaliar e acompanhar políticas, estratégias e a implementação de projetos na área de distribuição de energia relacionados aos serviços técnicos comuns das sociedades controladas e coligadas da Companhia; (ii) em conjunto com o Diretor Vice-Presidente de Distribuição e Serviços Comerciais, avaliar e acompanhar políticas e estratégias de distribuição de energia pelas sociedades controladas e coligadas da Companhia; e (iii) avaliar e acompanhar políticas, estratégias e a implementação de projetos na área de distribuição de energia relacionados aos serviços compartilhados definidos pelo Diretor Presidente.

Parágrafo Quinto Compete ao Diretor Vice-Presidente de Geração e Meio-Ambiente, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas: (i) avaliar e acompanhar políticas e estratégias de geração de energia pelas sociedades controladas e coligadas da Companhia; incluindo os serviços de operação e manutenção das instalações de geração de energia, bem como a adequação das atividades às normas e regulamentos ambientais; e (ii) acompanhar as atividades da área ambiental.

Parágrafo Sexto Compete ao Diretor Vice-Presidente de Comercialização, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas: (i) avaliar e acompanhar políticas e estratégias de gerenciamento de risco energético do grupo, bem como de comercialização de energia pelas sociedades controladas e coligadas da Companhia; e (ii) promover e centralizar o relacionamento técnico e institucional da Companhia com órgãos governamentais e de regulação em geral.

Artigo 26 A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor Presidente ou por quaisquer dois Diretores Vice-Presidentes, em conjunto, sempre que assim exigirem os negócios sociais, com antecedência mínima de 02 (dois) dias, e a reunião somente será instalada com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo Primeiro No caso de impedimento ou ausência temporária de qualquer Diretor, este poderá nomear outro Diretor para representá-lo nas reuniões, caso em que, Diretor assim nomeado para representá-lo deverá votar nas reuniões da Diretoria em seu próprio nome e em nome do Diretor por ele representado. A nomeação deverá ser realizada mediante notificação escrita ao Diretor Presidente, que deverá conter claramente o nome do Diretor designado e os poderes a ele conferidos e será anexada à ata da respectiva reunião. Alternativamente, em se tratando de ausência temporária, o Diretor poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito, por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico entregue ao Diretor Presidente.

Parágrafo Segundo Ocorrendo vaga na Diretoria, compete aos demais Diretores indicar, entre os mesmos, um substituto que acumulará, interinamente, as funções do substituído, perdurando a substituição interina até o provimento definitivo do cargo a ser decidido pela primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar, atuando o substituto então eleito até o término do mandato da Diretoria.

Parágrafo Terceiro As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação, e tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Neste caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão expressar seus votos por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico que identifique de forma inequívoca o remetente.

Parágrafo Quarto Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas da Diretoria da Companhia. Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria ou que tenham se manifestado na forma do Artigo 26, Parágrafo 1º *in fine* deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas da Diretoria, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Diretor ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Artigo 27 As deliberações nas reuniões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos dos presentes em cada reunião ou que tenham manifestado seu voto na forma do Artigo 26, Parágrafo Primeiro, sendo que, no caso de empate, caberá ao Diretor Presidente o voto de qualidade.

Artigo 28 A Companhia considerar-se-á obrigada quando representada:

a) por 2 (dois) Diretores em conjunto;

- b)** por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador com poderes especiais, devidamente constituído;
- c)** por 2 (dois) procuradores em conjunto, com poderes especiais, devidamente constituídos; e
- d)** por 1 (um) só Diretor ou 1 (um) procurador com poderes especiais, devidamente constituído, para a prática dos seguintes atos:
 - (i)** de representação da Companhia perante quaisquer órgãos públicos federais, estaduais e municipais, entidades de classes, bem como nas Assembléias Gerais de Acionistas ou Reuniões de Sócios das sociedades nas quais a Companhia participe;
 - (ii)** de endosso de cheques para depósito em contas bancárias da Companhia; e
 - (iii)** de representação da Companhia perante sindicatos ou Justiça do Trabalho; para matérias de admissão, suspensão ou demissão de empregados; e para acordos trabalhistas.

Parágrafo Único As procurações serão outorgadas em nome da Companhia por 2 (dois) Diretores em conjunto, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão período de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano.

CAPÍTULO V

Do Conselho Fiscal

Artigo 29 A Companhia terá um Conselho Fiscal não permanente composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembléia Geral que deliberar sua instalação e que lhes fixará os honorários, respeitados os limites legais. Quando de seu funcionamento, o Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes conferidos por lei. O período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembléia Geral Ordinária realizada após a sua instalação.

Parágrafo Único A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal aludido no Regulamento do Novo Mercado da BOVESPA.

CAPÍTULO VI

Do Exercício Social, Lucros e Dividendos

Artigo 30 O exercício social terá início em 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na legislação aplicável.

Artigo 31 O lucro líquido apurado no exercício terá a seguinte destinação:

- (a) a parcela de 5% (cinco por cento) será deduzida para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;
- (b) a parcela correspondente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, calculado sobre o saldo obtido com as deduções e acréscimos previstos no Artigo 202, I, II e III da Lei das Sociedades por Ações, será distribuída aos acionistas como dividendo anual mínimo obrigatório;
- (c) o saldo remanescente, após atendidas as disposições contidas nos itens anteriores deste Artigo, terá a destinação determinada pela Assembléia Geral de acionistas com base na proposta da administração, conforme o disposto nos Artigo 176, parágrafo 3º e 196 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as disposições contidas no Artigo 134, parágrafo 4º da referida Lei. Caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o capital social, a Assembléia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos adicionais aos acionistas.

Parágrafo Único Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contado da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, prescreverão em benefício da Companhia.

Artigo 32 A Companhia poderá levantar balanços semestrais e/ou trimestrais, podendo com base neles declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos intermediários e intercalares. Os dividendos intermediários e intercalares previstos neste Artigo poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

Artigo 33 A Companhia poderá pagar aos seus acionistas juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

Parágrafo Único Revertem em favor da Companhia os juros sobre o capital próprio que não forem reclamados dentro do prazo de 3 (três) anos após a data em que forem colocados à disposição dos acionistas.

CAPÍTULO VII

Da Alienação do Controle Acionário

Artigo 34 A alienação, direta ou indireta, do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição suspensiva ou resolutiva de que o adquirente se obrigue a formular, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data da aquisição dessas ações, uma oferta pública de aquisição das ações de todos os demais acionistas da Companhia, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao acionista alienante.

Parágrafo Primeiro A oferta pública referida no Artigo 34 também deverá ser realizada nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia, que venham a resultar na alienação do controle da Companhia.

Parágrafo Segundo A oferta pública de aquisição de ações referida no Artigo 34 será exigida, ainda, em caso de alienação do controle do acionista controlador da Companhia para terceiro. Nessa hipótese, o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e à Bolsa de Valores de São Paulo-BOVESPA o valor atribuído à Companhia, pela alienação do seu controle.

Artigo 35 O acionista que possuir ações da Companhia e que vier a adquirir o seu controle em razão de contrato particular celebrado com o acionista controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a (i) concretizar oferta pública nos termos do Artigo 34 deste Estatuto Social, e (ii) ressarcir os acionistas de quem tenha comprado ações em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição das ações representativas do controle da Companhia, a quem deverá pagar a diferença entre o preço pago pelas ações representativas do controle e o valor pago em bolsa pelas ações da Companhia neste período, devidamente atualizado até o momento do pagamento.

Artigo 36 A Companhia não registrará: (i) transferências de ações para os adquirentes do poder de controle, enquanto estes não subscreverem o Termo de Anuência ao Regulamento do Novo Mercado, bem como o Termo de Anuência ao Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado; e (ii) qualquer transferência de ações para acionista que se tornar titular de 5% ou mais das ações representativas do capital da Companhia enquanto esse acionista não assinar o Termo de Anuência ao Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, dispensada tal assinatura quando a detenção das ações decorrer de participação do acionista em processo de distribuição pública ou negociação em bolsa de valores.

Parágrafo Único Da mesma forma, nenhum acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do poder de controle poderá ser registrado na sede da Companhia sem que os seus signatários tenham subscrito os Termos de Anuência referidos no item (i) do Artigo 36 acima.

CAPÍTULO VIII

Da Saída do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA e do Cancelamento do Registro de Companhia Aberta

Artigo 37 Caso os acionistas da Companhia reunidos em Assembléia Geral Extraordinária aprovem a saída da Companhia do Novo Mercado da BOVESPA, o acionista controlador da Companhia deverá realizar uma oferta pública de aquisição de ações por preço mínimo correspondente ao valor econômico apurado em laudo de avaliação, (i) no prazo de 90 (noventa) dias, na hipótese de a saída da Companhia do Novo Mercado ocorrer para que suas ações passem a ser registradas para negociação fora do Novo Mercado, ou (ii) no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembléia Geral dos acionistas da Companhia que aprovar uma operação de reorganização societária, na qual as ações da Companhia resultante de tal reorganização não sejam admitidas para negociação no Novo Mercado.

Parágrafo Único A oferta pública prevista neste Artigo observará, no que for cabível, as regras de oferta pública para cancelamento de registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Artigo 38 No caso de oferta pública de aquisição de ações realizada pelo acionista controlador com vistas ao cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação.

Artigo 39 O laudo de avaliação de que trata este Capítulo deverá ser elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e/ou acionista controlador, bem como satisfazer os demais requisitos legais.

Parágrafo Primeiro A escolha da empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação de que trata este Capítulo é de competência da Assembléia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação ser tomada por maioria absoluta de votos das ações em circulação manifestados na Assembléia Geral que deliberar sobre o assunto, não se computando os votos em branco, excluídas ações de titularidade do acionista

controlador, de seu cônjuge, companheiro(a) e dependentes incluídos na declaração anual de imposto de renda, ações mantidas em tesouraria e ações detidas por sociedades controladas ou coligadas da Companhia e/ou do acionista controlador, assim como de outras sociedades que com qualquer dessas integre um mesmo grupo de fato ou de direito.

Parágrafo Segundo Os custos incorridos com a elaboração do laudo serão integralmente arcados pelo acionista controlador.

CAPÍTULO IX

Da Liquidação

Artigo 40 A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembléia Geral o órgão competente para determinar a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação.

CAPÍTULO X

Das Disposições Gerais

Artigo 41 As disputas e controvérsias decorrentes ou relacionadas a este Estatuto Social, ao Regulamento do Novo Mercado, às disposições da Lei das Sociedades por Ações, às normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aos regulamentos da BOVESPA e às demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral deverão ser solucionadas por arbitragem, a ser conduzida na forma do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela BOVESPA.

Artigo 42 As disposições contidas no Parágrafo Único do Artigo 1º, no Parágrafo Único do Artigo 15, no Parágrafo Único do Artigo 29, nos Artigos 34 a 39 e no Artigo 41 somente terão eficácia a partir da data de admissão da Companhia no segmento do Novo Mercado da BOVESPA.